

REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS 16

DO ESTADO NOVO AO 25 DE ABRIL



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1994

OS MILITARES NO PODER E AS REACÇÕES INTERNACIONAIS

Ajunta de Salvação Nacional, formada em 26 de Abril de 1974, não teve problemas de maior para ser reconhecida a nível internacional. Independentemente das formas diplomáticas invocadas, pode dizer-se que, ao tomar posse o Iº Governo Provisório (16 de Maio de 1974), já a generalidade dos países com os quais Portugal mantinha relações diplomáticas havia reconhecido o poder político emergente do golpe militar de 25 de Abril de 1974. O Brasil fizera-o a 27, a África do Sul a 28, a Espanha, os E.U.A. e a República Federal da Alemanha declararam manter inalteráveis as suas relações com Portugal no dia seguinte. E o Reino Unido, após consultas aos países membros da C.E.E., da O.T.A.N. e da Commonwealth anuncia, a 3 de Maio, ter reconhecido o novo regime de Lisboa[^]).

Nada que se possa comparar, por exemplo, ao difícil processo de reconhecimento internacional do regime republicano português que durou cerca de um ano.

E aquele que se revelará como o político mais civilista da revolução, Mário Soares, não hesita em partir, no dia 2 de Maio de 1974, para a Europa, donde regressara do exílio a 26 de Abril, para, nas suas própria palavras, "explicar aos chefes de Estado europeus a importância das modificações em Portugal"⁽²⁾. *

* Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

⁽¹⁾ Ver cronologia e termos dos reconhecimentos em José Medeiros Ferreira, *Ensaio Histórico sobre a Revolução do 25 de Abril*, Lisboa, I.N., 1983, pp. 47-50.

⁽²⁾ Mário Soares, *Portugal: Que Revolução*, Lisboa, Perspectivas e Realidades 1976, p. 61.

O que impressionou primeiro a comunidade internacional foi o facto de ter sido derrubada a ditadura cinquentenária que mantinha uma guerra colonial há mais de dez anos em África.

Assim, o mundo das democracias políticas pluralistas e outros países considerados "ocidentais" como a Espanha e o Brasil mas que ainda eram dotados de regimes ditatoriais, reconhecem de imediato a Junta de Salvação Nacional composta apenas por oficiais-generais. A promessa contida no Programa do M.F.A. da constituição de um governo civilista pode ter tido alguma influência, mas não se afigurou decisiva na ocasião para o reconhecimento e a aceitação geral que a mudança política operada pelo movimento das Forças Armadas grangeou imediatamente.

No entanto, as maiores implicações para a forma como o novo regime em Portugal seria apreciado do ponto de vista internacional estavam expressas noutra parte do Programa do M.F.A. em que se prometia, de maneira assaz vaga, o "Lançamento dos fundamentos duma política ultramarina que conduza à paz".

Mas, no interior da Junta de Salvação Nacional, ainda nem todos conjugavam paz com descolonização em relação ao problema ultramarino, embora todos estivessem de acordo no rápido estabelecimento do cessar-fogo nos diferentes teatros de operações militares.

As clivagens existentes no seio da Junta de Salvação Nacional sobre o modo de se alcançar a paz ajudarão muito à emergência do M.F.A. como força política no período revolucionário. E as posições que a coordenadora do M.F.A. tomará quanto ao processo de descolonização permitirão que, em termos internacionais, ninguém se questione sobre a natureza militar, ou não, do regime enquanto as colónias não acederem à independência.

Aliás, as únicas dificuldades diplomáticas que se depararam às novas autoridades de Lisboa tiveram a ver com o processo de descolonização.

Foi mais fácil o estabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e a U.R.S.S. e restantes países do Leste europeu do que com os países do Terceiro Mundo por causa da questão colonial.

Pelo menos desde 1973 que, sob os auspícios dos trabalhos preparatórios da Conferência de Segurança e Cooperação Europeia, se assistia a alguns esforços da delegação portuguesa para estabelecer contactos com os países do Leste europeu com os quais Portugal não mantinha relações diplomáticas.

Recorde-se que a Conferência de Segurança e Cooperação Europeia, desde os trabalhos preparatórios ocorridos em 1973, deu mais importância à manutenção das fronteiras e dos Estados existentes como resultado das consequências da II Guerra Mundial do que às questões dos regimes internos de cada país participante.

A Conferência de Segurança e de Cooperação Europeia terá depois uma grande importância para a tolerância geral com que foi encarada a emergência do M.F.A. entre 1974 e 1975 no contexto europeu.

A C.S.C.E., que ocorreu entre 1973 e 1975, colocou de novo a questão das chamadas "zonas de influência" no continente europeu. A derrocada do regime ditatorial em Portugal, o período revolucionário e a consolidação da democracia pluralista ocorreram em plena discussão e posterior manutenção dessas zonas de influência. Mas a questão dos regimes internos nos Estados europeus não tinha então relevância para as decisões de política internacional. Não se questionavam as "democracias populares" a Leste, como não se banira da Conferência a Grécia dos coronéis, ou as ditaduras ibéricas. O que se pretendia era a representação de todos os Estados e a consolidação das fronteiras tidas por mais seguras para o então peculiar equilíbrio Leste/Oeste.

O contexto internacional em 1974-1975 não era pois especialmente adverso à "via original" teorizada por alguns ideólogos do M.F.A.. Não era a participação de militares que feria alguns países aliados mas sim o tropismo pró-comunista detectado nos governos de Vasco Gonçalves.

Havia mesmo no M.F.A. quem não desconhecisse o que a comunidade internacional no seu conjunto esperava como primeira consequência da revolução operada em 25 de Abril: uma franca política de descolonização. Nisso eram herdeiros da sensibilidade internacional revelada pelo general Botelho Moniz em 1961. Mas além dessa compreensão do contexto mundial, os militares do M.F.A. foram também dos primeiros a compreender que o cessar fogo pretendido estava ligado à clarificação da nova política portuguesa quanto à aceitação da independência rápida das colónias.

E como se sintetizou em 1983: "A emergência do Movimento das Forças Armadas como agente político no período pré-constitucional está intimamente relacionada com o seu objectivo de controlo no plano nacional e com o rumo a dar à questão colonial portuguesa"⁽³⁾.

(3) José Medeiros Ferreira, *ob. cit.*, p. 73.

A grande clivagem entre o general Spínola e o M.F.A. operou-se na questão da natureza da descolonização. Será entre Junho e Setembro de 1974 que se definirá o processo de descolonização, com as estruturas do M.F.A. (assembleias, comissões coordenadoras no Ultramar, coordenadora nacional) a pressionarem no sentido mais consonante com as expectativas da O.N.U. e da O.U.A. nomeadamente.

Os militares portugueses vão agir tendo em conta todos esses dados. E as reacções internacionais à presença de militares no poder político em Portugal estarão nesta fase condicionadas pela posição das forças políticas quanto à descolonização. Só a partir dos acontecimentos em Angola e em Timor durante o Verão de 1975, se quebrará a extraordinária consideração internacional que o M.F.A. suscitara no início da revolução.

Pode-se considerar, hoje, não ter havido apenas "uma via militar" no processo de transição revolucionário ocorrido em Portugal entre 1974 e 1976. Desde a conjugação das estratégias entre um núcleo militar à volta do general Vasco Gonçalves e do Partido Comunista, até ao aparecimento do *grupo dos nove*, com Melo Antunes, Vítor Alves, Vasco Lourenço e outros, que se lhe opõe, aos defensores do "poder popular" — cujo chefe será Otelo Saraiva de Carvalho —, todos pretendem ganhar apoios internacionais.

A linha "gonçalvista" é a mais próxima de um entendimento com os países socialistas do Leste europeu e com a U.R.S.S., enquanto Otelo oscila nos apoios que quer suscitar, chegando a visitar Cuba, como Rosa Coutinho tinha visitado o Peru do general Alvarado.

O "grupo dos nove", sobretudo graças à influência de Melo Antunes, apresenta-se como terceiro-mundista mas pretende boas relações com o mundo ocidental, que no Verão de 1975 está perplexo com o caso português.

"O que levou o bloco E.U.A.-Europa Ocidental a interessar-se pela evolução portuguesa e, por seu turno, à formal e informal penetração deste membro da NATO em 74-75 foi a preocupação de estrategos políticos e militares por aquilo a que chamavam o *flanco Sul da NATO a esboroar-se*. A concentração naval soviética no Mediterrâneo e a pujança do partido comunista nesta região eram sentidas como duas lâminas de uma tesoura a fragmentar a coesão política da NATO e a pôr em perigo as suas comunicações militares"⁽⁴⁾.

(4) Rainer Eisfeld, "Influências externas sobre a Revolução Portuguesa: o papel da Europa Ocidental" in AA.VV., *Conflitos e Mudanças em Portugal 1974-1984*, Lisboa, Teorema, 1985, p. 183.

O comportamento da União Soviética e do P.C.U.S.

Está ainda pouco estudado o comportamento da U.R.S.S. durante o período revolucionário em Portugal. São mais as conjecturas do que o conhecimento empírico e fundamentado a comandar as interpretações.

Como resumiu um dos raros estudiosos com trabalhos publicados sobre esta matéria:

"Considerada globalmente, a política seguida pela U.R.S.S. em relação a Portugal e ao P.C.P. parece ter andado ao *sabor das situações, mais frequentemente contraditória do que coerente*. Reconhecendo como vantajosos os aspectos políticos, comercial e tecnológicos da política de desanuviamento com os E.U.A., os dirigentes soviéticos *receavam que Portugal pudesse vir a tornar-se um estorvo à Conferência de Segurança e Cooperação Europeia*. Não desejando pôr em risco a *détente*, preferiram tomar uma posição que já foi caracterizada como *operação essencialmente de baixo risco e investimento limitado*"⁽⁵⁾.

Testemunhas como Willy Brandt e Helmut Schmidt abonam nesse sentido. Mas o relato das conversações mantidas por Mitterrand em Moscovo, em Abril de 1975, revela um maior apoio soviético à via comunista-militar em Portugal, conhecida historicamente por "gonçalvismo", do que o reconhecido por aqueles dirigentes alemães, que aliás se revelariam extremamente solidários no apoio que deram ao Partido Socialista entre 1975 e 1976.

Em Abril de 1975, François Mitterrand está em Moscovo onde encontra os principais dirigentes soviéticos da altura. Os acontecimentos em Portugal são abordados. Assim para Michail Souslov, membro do secretariado do P.C.U.S., a questão portuguesa, *debatida durante mais de duas horas*, é considerada a pedra angular da coexistência pacífica e o russo defende a aliança de Álvaro Cunhal com os esquerdistas⁽⁶⁾.

Nessa aliança com os "esquerdistas" estava certamente a aliança com os oficiais radicais do M.F.A. que pretendiam subalternizar o papel da Assembleia Constituinte e procuravam implantar uma espécie de "ditadura desenvolvimentista" à Kemal Ataturk sob a capa do "poder

⁽⁵⁾ Rainer Eisfeld, *ob. cit.*, pp. 90-91.

⁽⁶⁾ François Mitterrand, *L'Abeille et l'Architecte*, Paris, Flammarion, 1978, pp. 33-35.

popular" e da aliança M.F.A.-Povo. Na altura referia-se sobretudo a chamada "via peruana" do general Alvarado.

Sobre a posição do P.C.U.S. interroga-se Mitterrand:

"Tout se passe comme si les Russes, tentés par l'expérience, son-
daient la capacité de riposte des Occidentaux. Un régime communiste
ou paracomuniste à Lisbonne et, par réaction, les Açores en seces-
sion, la partition portugaise repoussant de plusieurs milliers de
kilomètres vers l'Ouest la ligne de partage des deux mondes qui en eût
rêvé a Yalta? L'extraordinaire fixation des plus hauts dignitaires
soviétiques sur la scène étroite où se joue le dernier acte de la révolution
des oeillelets, demontre que ce rêve peut habiter des têtes froides'^7).

Sobre as relações entre o P.C.P. e os militares, o antigo chanceler
austriaco Bruno Kreisky oferece-nos a seguinte opinião: "[...] o Partido
Comunista Português pôs-se, por assim dizer, sob o comando das Forças
Armadas, chegando a submeter-se a elas, mas ao mesmo tempo
aproveitando-se da inexperiencia política de oficiais e soldados radicais
de boa fé para fazer a sua própria política"^(8).

Encontramos no livro de Píelmut Schmidt, *Menschen und Machte*,
um curioso diálogo sobre a situação portuguesa no ano de 1975, entre
ele, o presidente dos E.U.A. Ford e Henry Kissinger^(9).

Nesse diálogo ocorrido em Bruxelas em 29 de Maio de 1975,
Kissinger afirma que os oficiais de tendência comunista aumentaram
o seu peso em Portugal enquanto o antigo chanceler alemão responde
não prever uma ajuda económica de longo prazo da União Soviética a (*)

(*) "Tudo se passa como se os Russos, tentados pela experiência
(portuguesa), sondassem a capacidade de resposta dos Ocidentais. Um regime
comunista, ou para-comunista, em Lisboa, e como reacção o separatismo nos
Açores, a divisão de Portugal afastando para o oeste a linha de demarcação
entre os dois mundos de alguns milhares de quilómetros, quem o teria
imaginado em Yalta? A extraordinária aposta dos mais altos dignatários
soviéticos no cenário estreito onde se representa o último acto da revolução
dos cravos demonstra que este sonho pode habitar as cabeças mais frias".
François Mitterrand, *ob. cit.*, p. 34.

(8) Bruno Kreisky, "Para uma concentração das Forças Socialistas da
Esquerda Democrática", in *Liberdade para Portugal*, Lisboa, Livraria Bertrand,
1976, p. 41 (esta obra foi, primeiro, editada em alemão sob o título *Freiheit Fur
Den Sieger*, by F. Verlag, Zurique, 1976).

(9) Ver Helmut Schmidt, *Des puissances et des hommes*, Paris, Plon, 1989,
pp. 189-191.

Portugal, embora seja impiedoso em relação à apreciação dos responsáveis militares da altura.

"Certains responsables de l'armée qui représentaient le Portugal dans les organes de l'Alliance et de l'OTAN exprimaient avec une suprenante naïveté des points de vue qui relevaient parfois du marxisme le plus primaire. C'était, en particulier, le cas du chef de gouvernement Gonçalves et du Chef de l'État Costa Gomes. C'est pourquoi je comprenais facilement pourquoi Ford et Kissinger se méfiaient du régime de Lisbonne"⁽¹⁰⁾.

Já Carlos Gaspar, num dos seus trabalhos, chama a atenção para um artigo de Konstantin Zaradov, publicado na *Pravda* de 6 de Agosto de 1975, sobre a estratégia leninista na luta revolucionária, e para as interpretações que sublinhavam que "a seguir à Conferência de Helsínquia, símbolo da *détente* e do *status quo* na Europa, a U.R.S.S. demarcava-se da sua moderação oficial, para dar a bênção a um golpe comunista em Portugal"⁽¹¹⁾.

Essa tomada de poder-pelos comunistas, a fazer-se, só seria possível em aliança com os militares revolucionários. Mas há também quem afirme que a estratégia soviética só se interessava pelos acontecimentos em Lisboa na medida em que estes pudessem influenciar a descolonização num sentido favorável aos interesses russos. Em qualquer caso a U.R.S.S. manterá sempre boas relações com os militares do M.F.A.

Mesmo depois da normalização democrática em Portugal houve a preocupação, por parte das autoridades soviéticas, de promover relações com o Conselho da Revolução.

No entanto, num encontro que o autor destas linhas, enquanto M.N.E., teve com o Ministro Gromiko na sede das Nações Unidas em Outubro de 1976, este demonstrou a maior aceitação da nova política externa portuguesa que fora apresentada à Assembleia Geral da O.N.U. na altura. E aceitou o convite que lhe foi endereçado para visitar Por-

(10) "Alguns responsáveis do exército que representavam Portugal nos órgãos da Aliança Atlântica e da O.T.A.N. expressavam com uma ingenuidade surpreendente certos pontos de vista provindos às vezes de um marxismo bem primário. Era nomeadamente o caso do chefe do governo Gonçalves e do chefe de Estado Costa Gomes. Eis porque compreendia muito bem Ford e Kissinger quando estes desconfiavam do regime de Lisboa", *ibidem*, p. 191.

(11) Carlos Gaspar, Vasco Rato, *Rumo à Memória. Crónicas da Crise Comunista*, Lisboa, Quetzal Editores, 1992, p. 59.

tugal, embora este depois não se efectivasse. Mas foi claro o seu entendimento de que Portugal escolhera o mundo das democracias ocidentais.

Uma revolução às portas da C.E.E.

A política da C.E.E. em relação a Portugal nesse período esteve mais dependente do tipo de regime interno e da sua orientação externa do que propriamente da presença ou não de militares nos órgãos de poder, desde que essa presença não afectasse a caracterização do regime político como sendo uma democracia pluralista. Para melhor se compreender os parâmetros do que se acaba de referir mencione-se o facto de o pedido de adesão de Portugal à C.E.E. ter sido aceite quando a Constituição ainda albergava o Conselho da Revolução e o Presidente da República era um militar. Porém já então era claro o respeito integral dos princípios democráticos pluralistas, a Constituição elaborada pela Assembleia, saída das eleições de 25 de Abril de 1975, estava em vigor desde 25 de Abril de 1976, e o 1º Governo Constitucional era presidido por Mário Soares.

As relações entre a revolução e a C.E.E. colocaram-se logo que aquela se desencadeou.

Em Junho de 1974, o I Governo Provisório, presidido por Adelino da Palma Carlos, pedira auxílio económico a Bruxelas. E em Novembro do mesmo ano o DI Governo Provisório, presidido por Vasco Gonçalves, recorre de novo à C.E.E. Mas, nas suas reuniões de 26 de Maio e de 24 de Junho de 1975, os ministros dos negócios estrangeiros das Comunidades protelam qualquer decisão favorável a Lisboa. E o próprio Conselho Europeu de Junho de 75 relembra que a Comunidade Europeia só pode dar o seu apoio a uma democracia pluralista, "conotando *pluralista*, evidentemente, com a filosofia política do sistema E.U.A. Europa Ocidental, e não com o credo socialista pluralista professado quatro semanas antes pelo M.F.A."⁽¹²⁾.

Saliente-se que esse "credo socialista pluralista" do M.F.A. era muito ambivalente e pouco consistente, como a experiência em breve se encarregará de demonstrar. Mas convém ter em conta, para se compreender melhor as reacções internacionais desencadeadas no Verão de 1975, a própria evolução institucional e ideológica do M.F.A..

(12) Rainer Eisfeld, *ob. cit.*, p. 87.

Até aos acontecimentos do 11 de Março de 1975, as chancelarias dos países da C.E. E. seguem com atenção a revolução portuguesa mas sem demonstrarem excessiva preocupação. Porém, após a nova derrota do general Spínola e o surgimento do Conselho da Revolução como órgão de soberania assim como com o reforço dos comunistas no poder, decidem oficializar as suas inquietações.

É o que nos relata nas suas *Memórias* o então embaixador belga acreditado em Lisboa, Max Wéry: "Nous reçûmes l'ordre de faire part, à la personnalité que nous jugions la plus qualifiée du Portugal, de la préoccupation et de l'inquiétude de nos gouvernements respectifs devant l'orientation de la politique portugaise"⁽¹³⁾.

O mesmo embaixador relata-nos a audiência que teve com Costa Gomes na Sexta-feira Santa da Páscoa de 1975. Nela Costa Gomes diz compreender a inquietação dos governos ocidentais e garante que haverá eleições livres para a Assembleia Constituinte. Além disso o Presidente declara que "rien n'était changé dans la politique étrangère du pays [...] qui restait absolument fidèle à l'O.T.A.N."⁽¹⁴⁾.

A ocupação do jornal *Republica* por esquerdistas em Maio de 1975 levou à saída do P.S., em 10 de Julho, do IV Governo Provisório por discordar da atitude do C. R. sobre o assunto.

O "caso República" ajudou a tornar clara a posição do Partido Socialista em Portugal face ao M.F.A.

Para Mitterrand a atitude do Conselho da Revolução no caso fez perigar a existência de uma imprensa livre em Portugal ao sancionar a ocupação: "Roi Salomon a l'oeil borgne, le Mouvement des Forces Armées a rendu sa sentence en mettant les scellés. Adieu, presse libre!"⁽¹⁵⁾.

(13) "Recebemos ordem de comunicar à personalidade que julgássemos mais qualificada de Portugal, a preocupação e a inquietação dos nossos governos respectivos face à orientação da política portuguesa. " (Max Wéry, *J'ai vécu la révolution Portugaise*, Policopiado, 1981, p. 179).

(14) "nada havia mudado na política externa do país [...] que continuava absolutamente fiel à O.T.A.N. ", *ibidem*, p. 180.

N.A. já depois da elaboração deste artigo foi publicado o livro de Max Wéry, com o título *E assim murcharam os cravos*, Lisboa, Fragmentos, 1994.

(15) "Rei Salomão, zarolho, o Movimento das Forças Armadas deu a sua sentença mandando selar as instalações. Adeus imprensa livre!" (François Mitterrand, *ob. cit.*, p. 47).

De facto, François Mitterrand estava sensibilizado para a questão do jornal *República* desde que Mário Soares e Medeiros Ferreira participaram numa reunião de dirigentes socialistas europeus, no verão de 1975, na sua casa no Latche. E embora a querela entre socialistas e comunistas em Portugal perturbasse a estratégia da "União de Esquerda" em França, o facto é que o primeiro secretário do P.S.E não hesitou em denunciar a situação de perigo para o pluralismo que se vivia então em Lisboa, tendo acentuado mais o papel errado dos militares do que a cumplicidade dos comunistas portugueses no assunto.

Porém, quer F. Mitterrand, quer os principais dirigentes da Internacional Socialista, tomarão progressivamente consciência dos perigos que a implantação de um regime político de democracia política pluralista de tipo ocidental estava a correr em Portugal nesse "Verão quente" de 1975.

Willy Brandt é muito claro no seu testemunho sobre as razões do apoio da Internacional Socialista a Mário Soares em Agosto de 1975 quando "os comunistas, em colaboração com alguns militares, quiseram deturpar o resultado das eleições de Abril, por meio de infiltração e pressão, quase provocando uma reacção internacional que teria posto em perigo, muito seriamente, o futuro democrático de Portugal. As perspectivas de uma evolução política positiva em Portugal não eram então boas.

Perante tal situação, sugeri aos dirigentes social-democratas e socialistas que participaram na Conferência de Estocolmo em 2 de Agosto de 1975 a criação de um Comité de Amizade e Solidariedade para com a Democracia e o Socialismo em Portugal. A sua constituição teve lugar em Londres em 5 de Setembro"⁽¹⁶⁾.

Entre os propósitos desse Comité salientam-se a aproximação e a colaboração prática com o Partido Socialista dirigido por Mário Soares: a influência a exercer junto dos governos europeus e outras forças actuantes na política internacional no sentido de os dissuadir de ideias erradas sobre Portugal e ainda "visitar e contactar com numerosas altas individualidades com responsabilidade política e militar"⁽¹⁷⁾.

(16) Willy Brandt, "O Povo Português pode contar connosco", in *Liberdade para Portugal*, ob. cit., p. 32.

(17) *Idem*, ob. cit., p. 33.

Como se verifica, não esteve fora dos propósitos de Willy Brandt manter relações com individualidades militares portuguesas tidas na altura como mais favoráveis ao estabelecimento de um regime democrático de tipo ocidental. Numa época de intensa intervenção militar na evolução política em Portugal, o contrário é que teria sido surpreendente.

Depois do 25 de Novembro a própria Comunidade Económica Europeia irá retomar o diálogo com o VI Governo Provisório. Desse diálogo resultará a elaboração dos chamados "Protocolos Adicionais" ao Acordo assinado entre as duas partes em 1972 quando o Reino Unido aderiu às Comunidades.

Esses "Protocolos Adicionais" de natureza financeira, industrial e comercial marcavam um género de normalização das relações entre Portugal e as Comunidades Europeias que tinha mais em conta a orientação previsível pró-economia de mercado e pró-ocidental do que qualquer consideração sobre o tipo de regime político, embora a aprovação da Constituição em 2 de Abril de 1976 desse garantias suíficientes que assim seria. Todavia esses Protocolos Adicionais, negociados e elaborados durante o VI Governo Provisório, acabariam por só serem assinados depois do I Governo Constitucional ter tomado posse.

Por outro lado, se bem que os governantes portugueses estivessem sempre presentes nas reuniões do Conselho do Atlântico, muitos documentos militares da O.T.A.N. não circularam em Portugal durante o período revolucionário nomeadamente os respeitantes ao dispositivo atómico. Era uma cautela que tinha mais em conta a presença de representantes do Partido Comunista Português no governo do que a presença de militares no poder político em Lisboa. Porém, desde os primeiros meses de 1976, assiste-se a uma progressiva normalização das relações entre a O.T.A.N. e Portugal, nomeadamente no domínio militar, com o accionamento da Brigada Mista Independente pré-posicionada em Santa Margarida, era o general Ramalho Eanes Chefe do Estado Maior do Exército

Um país que certamente não foi indiferente à evolução política portuguesa foi o Reino Unido na altura dotado de um governo trabalhista cujo primeiro ministro era James Callaghan. Em termos de reacção à presença de militares no poder em Portugal até se pode deduzir ter sido Londres a capital mais incomodada com a sua presença. Assim, ainda em Maio de 1977, a presença do general Eanes na Cimeira da O.T.A.N. deu origem a um aparente lapso do Primeiro Ministro

britânico que se lhe dirigiu na sessão de abertura como se Eanes fosse Presidente do Brasil, país então governado pelos militares.

E não foi por mero protocolo que a Internacional Socialista escolheu Londres como capital para a reunião de constituição do Comité de Amizade e Solidariedade para com a Democracia e o Socialismo em Portugal em 5 de Setembro de 1975. Há reflexos internacionais que perduram.

Os Estados Unidos perto e distantes

Está hoje suficientemente divulgada a visão de que os Estados Unidos foram surpreendidos pela eclosão do 25 de Abril de 1974 e que se desorientaram sobre a política a seguir até à chegada de Frank Carlucci III como seu Embaixador em Lisboa em Janeiro de 1975⁽¹⁸⁾.

No tempo de J. Kennedy e do embaixador Elbrick, os E.U.A. haviam-se interessado pela mudança política de Lisboa face a África e aproximaram-se de militares como o general Botelho Moniz que queriam essa mudança. Mas com o Presidente Nixon ocupado com o Vietname e com o Watergate, e o embaixador Scott em tranquila rotina, os Estados Unidos vão aparecer distantes no início da revolução.

Essa "ausência" de reacção dos Estados Unidos durante os primeiros meses da revolução causou um vazio na estratégia de alguns políticos portugueses, que talvez estivessem a contar com um maior interesse norte-americano nos destinos de Portugal, especialmente quando o país se preparava para descolonizar.

Só assim se compreende o relato desiludido que o general Spínola fez do seu encontro com o Presidente norte-americano Richard Nixon em Junho de 1974.

A impressão com que se fica ao ler o "relatório-resumo" da entrevista entre Spínola e Nixon, efectuada nas Lajes a 19 de Junho de 1974, é a de uma ausência de eco por parte do ainda Presidente dos E.U.A. aos consecutivos gritos de alarme lançados pelo presidente da Junta de Salvação Nacional, que chamava a atenção para o apoio que os comunistas em Portugal estariam a receber da União Soviética: "Entrando no campo geopolítico, o Presidente Spínola salientou a

(18) Ver por exemplo, José Freire Antunes, *Nixon e Caetano: promessas e abandono*, Lisboa, Difusão Cultural, 1992, pp. 337-357

possibilidade de Portugal se transformar num País comunista e os reflexos desse facto na vizinha Espanha, cujas estruturas, em seu entender, haviam sido muito abaladas com a Revolução Portuguesa"⁽¹⁹⁾.

Pelo seu lado, "O Presidente Nixon mostrou-se surpreendido com os reflexos da Revolução Portuguesa no processo político espanhol", embora reconhecesse que "teria de evitar-se, por todas as formas, a implantação do comunismo na Península Ibérica", Porém, quanto à questão do auxílio financeiro a Portugal referido pelo Presidente Spínola naquela entrevista "esclareceu que a sua acção se encontrava condicionada às decisões do Congresso, acrescentando que iria providenciar para que este fosse convenientemente informado sobre o problema português".

Enfim, pouco menos do que nada.

Se no caso de Nixon se pode compreender a sua ausência de resposta perante as circunstâncias, já no caso de Henry Kissinger convém ver mais de perto as razões do alheamento inicial norte-americano.

Kissinger não sintonizou com a revolução em Portugal. As suas análises, as suas previsões, as suas reacções apareceram sempre fora de tempo. O homem que tão bem compreendera o que se estava a passar no Vietname, na China, na U.R.S.S., e até na Espanha, não entendeu o mosaico português. É certo que também não se responsabilizou por qualquer acção especial contra o poder em Lisboa. Para justificar a sua inacção chegou mesmo a nomeá-la de *teoria da vacina*: primeiro, Portugal cairia na febre comunista debilitando o seu organismo, depois toda a Europa perante fenómeno tão negativo, mas localizado, ficaria imune à experiência. Por outras palavras, Kissinger deixava correr as coisas durante os meses decisivos da revolução em Portugal, mais preocupado com a retirada norte-americana do Vietname, com o conflito do Médio-Oriente, com o Irão, com a transição em Espanha, e com os dias finais do Presidente Nixon, a quem Washington preferiu que se atolasse no caso Watergate do que se justificasse da decisão de terminar a guerra do Vietname.

Kissinger resumiu assim a sua posição sobre os acontecimentos revolucionários em Portugal:

"My position has been that without a systematic effort to encourage the pluralistic forces in Portugal, they would be defeated. For

(19) Ver Antonio Spínola, *País sem Rumo*, s.L., Scire, 1978, pp. 108-163.

a while there was a disagreement between us and the West Europeans who thought that the forces of the government that was in office early this year (1975) would over a period of time produce pluralism. I was sceptical about this. During the Summer the West Europeans came to the same conclusion we had earlier reached: namely that pluralism had to be actively encouraged⁽²⁰⁾.

Ao que parece a atitude de Kissinger terá sido ditada pela percepção que ele tinha das características endógenas do processo revolucionário português. Eis um dado sobre esta questão:

"Though many American voices were raised against alleged Soviet machinations in Portugal, Dr. Kissinger's own was initially restrained, even emollient, until August 1975. In July for instance, at Helsinki, he even put in a kind of exculpatory plea for the Soviet Union: *we should keep in mind that detente cannot be used as a means of asking the Soviet Union to take care of all our problems [...] Many problems in Portugal have indigenous roots*"⁽²¹⁾.

Também em relação à descolonização portuguesa, Henry Kissinger hesitará, sobretudo no caso de Angola.

Analisadas sem ter em conta a grelha explicativa do conflito leste/oeste, as dificuldades na transferência de poder para Luanda foram tidas, durante os primeiros meses de 1975, como resultado das

⁽²⁰⁾ "A minha posição tem sido a de que sem um esforço sistemático para encorajar as forças pluralistas em Portugal estas sairiam derrotadas. Durante algum tempo discordámos da posição da Europa Ocidental para quem as forças apoiantes do governo existente no início deste ano (1975) acabariam por impor o pluralismo. Encarei esta hipótese com cepticismo. Durante o Verão a Europa Ocidental chegou à mesma conclusão: nomeadamente que o pluralismo teria de ser activamente encorajado" (Henry Kissinger, entrevista à revista *Time* de 27 de Outubro de 1975).

⁽²¹⁾ "Embora muitas vozes norte-americanas se tivessem erguido contra uma alegada intervenção soviética em Portugal, a do Dr. Kissinger foi, inicialmente, bastante cautelosa, mesmo branda, até Agosto de 1975. Por exemplo, em Julho em Helsínquia, chegou ao ponto de quase justificar a União Soviética: Devemos concordar que o desanuviamento não pode ser utilizado para pedirmos à União Soviética que resolva todos os nossos problemas [...]. Muitos problemas em Portugal têm raízes endógenas" (Coral Bell, *The Diplomacy of Detente — The Kissinger Era*, Londres, ed. Martin Robertson Ltd, 1977, P* 167).

divergências locais entre os vários movimentos de libertação. Meses depois da aporia evidente do laborioso acordo de Alvor de Janeiro de 1975, ainda havia quem, no gabinete de Kissinger, tudo resumisse à explicação novecentista das rivalidades étnicas. Só a partir do Verão de 1975, a tese da penetração soviética em Angola, via M.P.L.A., conseguiu vingar em Washington²²). Mas já era tarde para impedir o M.P.L.A. de tomar o poder em Luanda. Aliás o M.P.L.A. também tinha apoiantes entre os preparadores das decisões políticas, quer no Departamento de Estado quer na Casa Branca.

Seja como for, a acção dos E.U.A. em relação ao processo revolucionário em curso em Portugal foi, a partir dos meados de 1975, conduzida com mestria pelo seu embaixador em Lisboa, Frank Carlucci, que não desdenhou a importância do "documento dos nove", nem subestimou o factor militar na progressiva normalização da vida política portuguesa. Ele foi um dos defensores do apoio norte-americano a um plano de modernização das Forças Armadas Portuguesas tendo em conta os compromissos nacionais com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (O.T.A.N.). Desde Fevereiro de 1976 que o então chefe de Estado Maior do Exército, general Ramalho Eanes, dá prioridade à implementação da Brigada Mista Independente em S. Margarida. É o início do regresso dos militares aos quartéis.

A revolução vigiada de Espanha e a transição espanhola

Quando se deu o 25 de Abril a Espanha preparava-se para o após-franquismo na versão que acabou por se revelar frutuosa na hora da transição: a aliança entre a Monarquia, na figura de Juan Carlos, e as Forças Armadas. A forma portuguesa "Povo-M.F.A." pode parecer mais "plebeia" mas, do ponto de vista da "via militar", a particularidade reside mais na manutenção, ou não, da linha hierárquica da instituição militar durante o processo de transição do que em qualquer diferença de natureza ideológica, em termos do comportamento das Forças Armadas de ambos os países.

No entanto, o carácter revolucionário que os acontecimentos tomam em Portugal, depois do derrube da ditadura, introduziu uma dialéctica inter-peninsular muito mais complexa do que a presença de

²²) Ver Walter Isaacson, *Kissinger. A bibliography*, Boston, Faber and Faber, 1992, pp. 673-685.

militares nos órgãos de soberania que estava longe de espantar as chancelarias de ambos os países.

Como sintetizou um estudioso dessa inter-acção:

"Podem referir-se duas fases diferenciadas na influência portuguesa em Espanha. A primeira, positiva, que vai desde o 25 de Abril até à queda do general Spínola a 30 de Setembro de 1974, e em que Portugal é uma janela aberta pela qual perpassa um prazenteiro vento atlântico que rejuvenesce e agita a murcha árvore franquista; e a segunda, negativa, desde 30 de Setembro de 1974 até finais de 1975, quando a política portuguesa está dominada pela esquerda, em especial pelo P.C.P, o que provoca uma grande inquietação no regime, visto que teme o contágio português e a instauração do comunismo na fronteira terrestre mais extensa de Espanha'^23).

A "Via militar" foi pois encarada em Espanha tendo em conta as consequências dos acontecimentos portugueses na transição espanhola e o grau de desordem em Portugal. O radicalismo militar em Portugal não originou qualquer fenómeno similar em Espanha, embora vários observadores garantam que o M.F.A. teve contactos estreitos com o núcleo dinamizador da Unión Militar Democrática em Espanha nomeadamente com oficiais do Exército tais como Busquets e Luis Otero (24).

Já vimos que o Presidente dos E.U.A. Nixon não acreditava muito no contágio à Espanha do exemplo da revolução portuguesa, e que a posição de Kissinger para a Península Ibérica era a de concentrar esforços numa transição pacífica da ditadura franquista para um regime democrático pluralista de tipo ocidental. O estado político em Portugal seria resolvido, naturalmente, depois.

As coisas acabaram por se resolver de forma diferente já que o papel desempenhado pelo Partido Socialista em Portugal foi de molde a propiciar a abertura de uma via política endógena para a democracia pluralista, ainda antes de a Espanha iniciar o seu processo de transição constitucional entre a ditadura franquista e a democracia. E acabou por ser o resultado vitorioso da passagem da ditadura para a

²³⁾ José Sanchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa e a sua influência na transição espanhola (1961-1976)*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1993, p. 339.

²⁴⁾ Ver José Sánchez Cervelló, *Portugal y Espana en el cambio político (1958-1978)*, Mérida, U.N.E.D., 1989, p. 201.

democracia em Portugal em 1976 a influenciar o processo político espanhol na mesma direcção.

Um historiador norte-americano resumiu assim as relações entre a revolução portuguesa e a liberalização espanhola:

"Houve, no entanto, influências recíprocas, embora nem os Espanhóis nem os Portugueses estejam muito dispostos a reconhecê-las. O ritmo de mudança em Portugal teve realmente um forte impacto em Espanha, por duas razões. Em primeiro lugar, a tentativa de liberalização do regime no tempo de Caetano, em princípios dos anos 70, e o exemplo sempre presente do caos a que o País chegou entre 1974 e 1975. [...] Em segundo lugar, este impacto foi especialmente sentido pela figura principal da situação espanhola: o rei Juan Carlos tinha passado a juventude em Portugal, e o seu pai ainda lá vivia'X⁽²⁵⁾.

Todavia antes de Juan Carlos ser rei muitas coisas aconteceram na península a partir de 25 de Abril de 1974, altura em que se desfez o par das ditaduras ibéricas:

"Por outro lado a Espanha apoiava discretamente a contra-revolução portuguesa. A seguir ao 25 de Abril instalou-se em Madrid Barbiéri Cardoso, que tinha sido número dois da PIDE e um dos principais instigadores da oposição ao novo regime português, contra o qual fundou o Exército de Libertação de Portugal (ELP), organizado em Espanha. Por seu lado o Serviço de Inteligência militar português contactou com a União Militar Democrática (U.M.D.) em fins de 1974 para lhe garantir apoio suficiente em material bélico e logístico para realizar um golpe de Estado, o que permitiria à Revolução portuguesa proteger as suas próprias costas"⁽²⁶⁾.

Entendimento entre militares de ambos os lados da fronteira, mas também entendimento a nível diplomático geral. Basta recordar que a Espanha foi um dos primeiros Estados a reconhecer a Junta de Salvação Nacional, e que as relações diplomáticas continuaram mesmo nas situações mais tensas como durante o mês de Setembro de 1975 quando, a 27, grupos de manifestantes radicalizados assaltaram a

⁽²⁵⁾ Kenneth Maxwell, artigo no *Diário de Notícias* de 6 de Janeiro de 1985, tradução do original "The emergence of democracy in Spain and Portugal", *Revista Orbis*, 1983, p. 171.

⁽²⁶⁾ José Sánchez Cervelló, *oh. cit.*, p. 350.

Embaixada em Lisboa com o pretexto de protestarem contra a condenação à morte de cinco anti-franquistas.

E possível que um dos factores que possibilitaram essa moderação nas relações entre os dois países tenha sido a manutenção de contactos entre militares de Portugal e Espanha. Logo no início de 1975 efectuou-se a reunião dos Estados-Maiores Peninsulares, prevista nos termos do Pacto Ibérico, e durante a sua passagem pela pasta dos Negócios Estrangeiros, o major Melo Antunes sempre deu uma grande atenção às relações com Espanha, tendo-se encontrado sucessivamente com os ministros espanhóis Pedro Cortina em Junho de 1975 e José Maria Areilza na Guarda em Fevereiro de 1976.

Em suma, as relações entre Lisboa e Madrid no período propriamente revolucionário começaram muito bem. Logo a 29 de Abril de 1974 o governo espanhol declara manter inalteráveis as relações diplomáticas com Portugal, e só essa medida foi de grande importância para o êxito do processo político conduzido pelo M.F.A.

Depois, com os acontecimentos do 11 de Março de 1975, com a fuga de Spínola por Talavera e sobretudo com as desordens na Embaixada de Espanha em Lisboa, em Setembro desse ano, após uma manifestação antifranquista, viveram-se alguns momentos de tensão. E no seguimento do assalto à Embaixada deu-se o acto mais espectacular com a retirada dos representantes diplomáticos para Espanha. Mas mais uma vez, a moderação dos responsáveis de ambos os Estados impediu que se radicalizassem posições

Na altura do assalto à embaixada de Espanha correu a notícia de movimentações militares espanholas entre Cáceres e Badajoz, chegando o I^o Ministro do VI Governo Provisório a escrever, em 1979, que se tratava de "centenas de tanques pesados"²⁷).

Foram assim muitos os rumores nesse período que davam conta de concentrações e movimentações de tropas espanholas na região de Badajoz ou da passagem de avantajados meios militares norte-americanos pela base de Rioja. "Porém, jamais se efectivou qualquer ameaça provinda de território espanhol. Significativamente, nem sequer o Pacto Ibérico foi denunciado"⁽²⁸⁾.

²⁷) João Pinheiro de Azevedo, *O 25 de Novembro sem máscara*, Lisboa, Ed. Intervenção, 1979, p. 95.

²⁸) Ver José Medeiros Ferreira, *Um Século de Problemas — As Relações Luso-Espanholas da União Ibérica à Comunidade Europeia*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989, p. 72.

Em suma:

O derrube da Ditadura por militares foi bem acolhido pelos países com quem Portugal mantinha relações políticas e pela generalidade daqueles com quem as não havia.

A formação da Junta de Salvação Nacional a 26 de Abril de 74, constituída só por oficiais-generais, não impediu um rápido reconhecimento diplomático do novo poder político em Portugal por parte da generalidade dos países ocidentais. Deste modo, quando o I Governo Provisório toma posse, em 16 de Maio, os países aliados já haviam todos reconhecido a nova situação.

A evolução do M.F.A. na questão da descolonização colocou a comunidade internacional do seu lado alheando-se do general Spínola no Verão de 1974, no dia 28 de Setembro desse ano e no 11 de Março de 1975.

A existência de militares nos órgãos de soberania não mereceu reparos específicos por parte dos governantes dos países aliados ou de instituições como a O.T. A.N. durante os primeiros meses da era pré-constitucional.

Só a partir do 11 de Março de 1975, e mais particularmente quando das tentativas para diminuir o papel da Assembleia Constituinte, se sobressaltam as democracias ocidentais perante uma via militar próxima das chamadas "ditaduras de desenvolvimento" (Turquia de Kemal Ataturk, Perú do general Alvarado), ou dos regimes de leste.

O papel da U.R.S.S. e do P.C.U.S. neste processo ainda está por apurar. Mas, para além de não se terem preocupado com a "via militar" original do processo revolucionário e de terem apoiado a descolonização rápida, há testemunhos publicados sobre o apoio que deram ao P.C.P. e à sua política em Portugal.

Nomeadamente consideraram positivo o apoio que Álvaro Cunhal deu aos militares mais radicais e à aliança entre o P.C.P. e o M.F.A. defendida por aquele.

Outros Estados como a R.D.A. e Cuba tiveram um papel activo no apoio à via radical em Portugal e à aliança entre o P.C.P. e o M.F.A. no Verão de 1975.

Curiosamente os dois Estados alemães da altura estiveram activos no período revolucionário em Portugal tomando partido: a R.D.A. pela via radical, apoiando o P.C.P., a reforma agrária, etc.; a R.F.A. sustentando a implantação de uma democracia pluralista de tipo ocidental.

A partir do comportamento do Conselho da Revolução no "caso República" e das tentativas de subalternização da Assembleia Constituinte pelas Assembleias do M.F.A., os principais dirigentes da Europa Ocidental e dos Estados Unidos estão dispostos a apoiar as forças democráticas pluralistas e os militares moderados nos seus esforços de implementação de um regime político baseado na democracia representativa.

A entrada em vigor da Constituição de Abril de 1976 foi encarada pela generalidade dos países de democracia pluralista como a vitória plena das concepções democratas-ocidentais. Desse modo Portugal, após a tomada de posse do I Governo Constitucional, em Julho desse ano, não tem qualquer dificuldade em ser admitido como o 19º membro do Conselho da Europa, nem em pedir a adesão à C.E.E. em Março de 1977.

Todos acreditavam no regresso dos militares aos quartéis e no carácter transitório e limitado do Conselho da Revolução. O que de facto aconteceu e ficou consagrado na primeira revisão constitucional prevista.